CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Prefeitura de SP levanta suspeita sobre R$ 13 milhões de ONG ligada a produtora de 'Dark Horse'

Fonte original: Folha de S.Paulo. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Folha de S.Paulo (www1.folha.uol.com.br)
Autor	folha
Data de publicação	08/07/2026 19:06
URL original	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/07/prefeitura-de-sp-levanta-suspeita-sobre-r-13-milhoes-de-ong-ligada-a-produtora-de-dark-horse.shtml
Relevância	Baixa · Contratos e dinheiro público · Notícia
Pessoas citadas	Karina Gama, Ricardo Nunes, Jair Bolsonaro
Organizações	Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Inovação, Banco Master, Prefeitura de SP
Data da coleta	29/09/2026 10:04
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 07:06
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Esses documentos fiscais foram emitidos por Favela Conectada Serviço e Tecnologia, Complexsys Soluções Integradas, Make One Tecnologia Digital e Ultra IP.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Folha de S.Paulo

RESUMO

A Prefeitura de São Paulo enviou ofício ao ICB (Instituto Conhecer Brasil), ONG presidida pela dona da produtora do filme "Dark Horse", questionando parte das notas fiscais apresentadas na prestação de contas referente a um contrato firmado para a instalação de pontos de wi-fi na cidade. As investigações apuram se houve desvio de recursos e se parte do valor do contrato foi usado para financiar o filme "Dark Horse", que conta a história do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A Prefeitura de São Paulo enviou ofício ao ICB (Instituto Conhecer Brasil), ONG presidida pela dona da produtora do filme "Dark Horse", questionando parte das notas fiscais apresentadas na prestação de contas referente a um contrato firmado para a instalação de pontos de wi-fi na cidade.

Ao todo, os valores questionados somam R$ 13,4 milhões. O total do contrato, firmado em 2024 com a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB), tem valor de R$ 108 milhões.

O ICB é presidido por Karina Ferreira da Gama, proprietária da Go Up Produções, que foi a produtora do filme bancado por Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

Segundo ofício da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, a maior parte das notas questionadas (R$ 10,6 milhões) não especifica áreas geográficas atendidas nem os serviços prestados. Esses documentos fiscais foram emitidos por Favela Conectada Serviço e Tecnologia, Complexsys Soluções Integradas, Make One Tecnologia Digital e Ultra IP.

Assim como o instituto, essas empresas foram alvos de uma operação de busca e apreensão deflagrada em junho pela Polícia Civil de São Paulo. A medida foi criticada pelo pré-candidato e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e pelo prefeito.

As investigações apuram se houve desvio de recursos e se parte do valor do contrato foi usado para financiar o filme "Dark Horse", que conta a história do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Ao todo, outros R$ 906 mil estão sendo questionados pela Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia por cancelamento das notas fiscais. A empresa Favela Conectada aparece mais uma vez nessa categoria. O documento no valor de R$ 500 mil foi emitido em 24 de junho de 2025 e cancelado em 4 de julho de 2025.

Segundo a secretaria municipal, a empresa informa na descrição da nota que houve apenas "prestação de serviços conforme contrato". Caso o ICB não regularize a prestação de contas, o valor deverá ser imediatamente restituído.

As demais categorias discriminadas no ofício correspondem a R$ 1,3 milhão e apontam falta de lastro bancário, notas sem valor fiscal, endereços incompatíveis, pagamentos antecipados e ausência de relatórios técnicos de pesquisas e de serviços de comunicação.

A secretaria informou que a cobrança das notas não é imediata e que o ICB tem um prazo de 30 dias para regularizar a situação. A fiscalização, diz a pasta, faz parte da rotina e acontece semestralmente de maneira periódica.

"Não houve pedido de devolução imediata de valores até o momento. Na notificação feita ao ICB, houve a sinalização formal de inconsistências identificadas durante a análise da prestação de contas e a glosa temporária até o prazo final para que a organização se justifique ou regularize a documentação pendente. A avaliação final sobre eventuais glosas definitivas do semestre avaliado, portanto, só ocorrerá depois dessa etapa", diz.

Em nota, Karina Gama afirmou que "os fatos serão devidamente esclarecidos e que as informações e documentos apresentados demonstrarão a regularidade da execução das parcerias".

"O ICB permanece colaborando integralmente com o ente público, prestando todos os esclarecimentos técnicos e documentais necessários para demonstrar a regular execução dos projetos e a correta aplicação dos recursos públicos", diz o comunicado.

MDB

Fonte original: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/07/prefeitura-de-sp-levanta-suspeita-sobre-r-13-milhoes-de-ong-ligada-a-produtora-de-dark-horse.shtml · Coletado em 29/09/2026 10:04 · Gerado em 28/11/2026 00:01

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.